



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 638436 - SP (2021/0000772-9)**

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : MURILO FRANCA PALIM  
**ADVOGADO** : MURILO FRANÇA PALIM - SP364265  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : A V M (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de A. V. M. em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (0018733-52.2016.8.26.0196).

O paciente foi condenado a 25 anos de reclusão em regime inicial fechado, como incurso nos artigos 217-A, c.c. o artigo 226, inciso II (por três vezes), na forma do artigo 71, todos do Código Penal.

Sustenta o impetrante que o paciente sofre constrangimento ilegal porque "foi condenado, e reafirmado em acórdão, na forma do art. 71, caput, do CP", porém, o "Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que, nos crimes de estupro ou de atentado violento ao pudor praticados com violência presumida, como é o caso dos autos, não incide a regra da continuidade delitiva específica, que no caso foi aplicada" (fl. 4).

Alega que "a própria suposta vítima, sequer tem conhecimento acerca de quantas vezes supostamente foi cometido o delito, portanto, também por esse motivo não pode ser aplicada a continuidade delitiva" (fl. 5).

Aduz que, "não obstante, adentrando bem superficialmente ao mérito, há que se observar que sequer é possível reunir elementos suficientes para fundamentar a condenação do Paciente" (fl. 7).

Requer, liminarmente e no mérito, que afastado o "aumento pela continuidade delitiva" (fl. 7).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Nos termos da jurisprudência dessa Corte, "a via do writ somente se mostra adequada para a análise da dosimetria da pena, quando não for necessária uma análise aprofundada do conjunto probatório e houver flagrante ilegalidade" (AgRg no HC n.

551.007/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

A utilização do *mandamus* no caso dos autos é inadequada, ainda mais em plantão forense, quando o juízo é de cognição sumária. Nessa linha, quanto ao afastamento da continuidade delitiva específica, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Ademais, o acórdão acostado aos autos foi proferido em setembro de 2018 e não há notícia nos autos de que houve a interposição do respectivo recurso. Assim, utiliza-se o remédio constitucional como substituto da revisão criminal, o que não é aceito pelo STJ (AgRg no HC n. 527.681/MG, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 30/9/2019).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente